XI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2021)

A LEGITIMIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA NO PROJETO DE LEI ADA PELLEGRINI GRINOVER (PL Nº 1.641/2021)

Autor: Fábio Weber Ludwig

Orientador: Handel Martins Dias E Francisco José Borges Motta
Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP
Linha 02: Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais

A presente investigação busca analisar a ampliação da legitimidade ativa para a ação civil pública proposta pelo Projeto de Lei n. 1.641/2021 (Projeto de Lei Ada Pellegrini Grinover), especificamente quanto à pertinência de inclusão dos partidos políticos no rol de legitimados. O estudo utilizou o método dedutivo, por meio da pesquisa bibliográfica além da análise da legislação e da jurisprudência sobre a matéria. O PL nº 1.641/2021 tem a pretensão de disciplinar a chamada nova ação civil pública, aperfeiçoando os principais institutos do atual microssistema de processo coletivo brasileiro. Dentre suas diversas inovações legislativas, o projeto de lei busca ampliar o rol de legitimados ativos para a propositura da ação civil pública, incluindo, dentre outros, os partidos políticos com representação no Congresso Nacional (art. 7º, inciso VIII), fundado no seu papel protagonista no ambiente social. Nos termos da Lei nº 9.096/95, as agremiações se destinam a assegurar a autenticidade do sistema representativo e a defesa dos direitos fundamentais. Atualmente, elas possuem a legitimidade ativa expressa apenas para ajuizamento das ações de controle de constitucionalidade e mandado de segurança coletivo. Essas demandas, que possuem amparo constitucional, constituem os únicos instrumentos para que pratiquem a tutela coletiva, apoiada no prestígio de suas bandeiras partidárias, no microssistema processual coletivo. Portanto, observa-se que a inclusão dessas entidades é benéfica para o sistema jurídico, visto que amplia a sua atuação na promoção do regime democrático e dos direitos fundamentais relevantes à sua atuação política, que não se restringe aos direitos e interesses seus filiados, através da ação civil pública. A proposta não elimina a necessidade do partido político ter representação no Congresso Nacional, fato que limita a atuação de agremiações minoritárias desprovidas dessa característica. Todavia substitui a necessidade de pertinência temática para o controle de representatividade, a qual é realizada para qualquer legitimado. Essa forma de controle, feita pelo magistrado, analisa outros pontos além da pertinência entre o objeto da ação e os interesses tutelados, no intuito de proporcionar uma tutela coletiva adequada. No sistema atual, verifica-se que os partidos políticos suscitaram questões relevantes, especialmente no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, como, por exemplo, a descriminalização do aborto. Assim, concluiu-se que a inclusão dos partidos políticos no rol de legitimados para propositura da ação civil pública seria um avanço no sistema processual coletivo, visto que poderia proporcionar mais efetividade para a tutela dos direitos transindividuais e individuais homogêneos.

Palavras-chave: Tutela coletiva; Ação coletiva; Legitimação extraordinária; Partidos políticos.